

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MBA EM GESTÃO DO
AGRONEGÓCIO

FATORES DE INADIMPLÊNCIA DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA-SC

MARIANE PIRES BATISTA

Curitiba
2011

MARIANE PIRES BATISTA

FATORES DE INADIMPLÊNCIA DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA-SC

Artigo apresentado como requisito
à obtenção do grau de Especialista
em MBA em Gestão do Agronegócio,
Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Airton Spies.

CURITIBA
2011

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela Sua presença em minha vida, me iluminando, me guiando, dando amparo e ânimo para seguir em frente, e alcançar meus objetivos.

À minha família, em especial aos meus pais, Ernesto e Marilene, pelo amor, pela força, por sempre acreditarem na minha capacidade e potencial, e aos meus irmãos, Eduardo e Maurício.

Ao Maikon e sua família que me receberam de braços abertos em seu lar e pelos conselhos e incentivo nos vários momentos de dificuldades que passei durante o curso.

À Tia Iolete, que me acolheu em sua casa, me recebendo com todo carinho e hospitalidade.

À equipe de funcionários do Pecca – Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná - e aos professores da UFPR, que, com dedicação e esforço, transmitiram seus conhecimentos.

E a todas as pessoas que de alguma forma sempre torceram por mim.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	v
Resumo	vi
1. Introdução.....	7
2. Inadimplência	8
3 . Procedimentos Metodológicos	9
4 . Resultados e Discussões	9
4.1 . Posição das instituições financeiras visando reduzir a inadimplência.....	9
4.2 . Posição dos produtores inadimplentes	11
5 . Conclusão	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fatores de inadimplência do Pronaf11

Gráfico 2 – Fatores de Renda Insuficiente.....12

Gráfico 3 – Fatores de Produtividade.....13

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar os fatores de inadimplência no crédito do PRONAF, na área de atuação dos agentes financeiros no município de Ponte Alta/SC. Para identificar os fatores da inadimplência utilizou-se a metodologia de pesquisa através de entrevista com 27 produtores inadimplentes e com três agentes financeiros. Através de seus resultados foi possível fazer uma análise e definir os principais motivos da inadimplência do Pronaf. Além disso, este trabalho buscou oferecer subsídios que permitam rediscutir ações, políticas e operações para reverter ou minimizar os índices de inadimplência verificados na carteira do Pronaf. Os resultados mostraram que os principais fatores da inadimplência em Ponte Alta, foram: frustração de safras devido intempéries climáticas, assistência técnica insuficiente, dificuldades no acesso às políticas públicas como o Proagro e PGPAF, possibilidade de perdão das dívidas, e falta de gestão financeira. Sugere-se, assim uma política mais efetiva para a gestão financeira do pequeno produtor, atrelada à capacitação dos produtores; tornar a assistência técnica capacitada com ênfase do desenvolvimento das pequenas propriedades, incentivando a gestão financeira, tornar a propriedade organizada e articulada, de modo a transformar essa prática agrícola em um dos instrumentos de melhoria de rentabilidade da atividade; fomentar a organização dos produtores (associação ou cooperativa), baseado nas experiências exitosas, e desenvolver estratégias visando contemplar os clientes inadimplentes, como renegociação das dívidas, uma vez que o crédito rural constitui um dos instrumentos de diversificação e modernização da agropecuária.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify factors in the portfolio default of PRONAF, in the scope of financial agents in the town of Ponte Alta / SC. To identify the factors of that drove the non-repayment of loans the research data was collected through interviews with 27 producers and 3 financial agents. Through the results it was possible to analyze and define the main reasons for the default in Pronaf. Furthermore, this study aimed to provide subsidies for actions, policies and operations to reverse or minimize default rates recorded in the portfolio of Pronaf. The results showed that the main factors for unpaid Pronaf loans in Ponte Alta were failure in harvest due to bad weather crops, insufficient technical support, difficulties in access to public policies such as Proagro and PGPAF, possibility of forgiveness of debts, and lack of financial management. It is suggested, and a more effective financial management for the small producers, linked to the training of producers, making the skilled technical assistance with emphasis on the development of small farms, encouraging financial management, become the property organized and focused, so to transform the practice of an agricultural instruments to improve the profitability of the activity, encourage producer organization (association or co-operative), based on successful experiences, and develop strategies to accommodate the clients that are not repaying their loans on time, such as renegotiation of debts, since the rural credits an instrument of diversification and modernization of agriculture.

Palavras-chave: crédito rural, inadimplência, PRONAF.

1. Introdução

A agricultura familiar exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado do País. Os milhões de pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão e de vital importância para o Brasil. Todos os anos, a agricultura familiar movimentava bilhões de reais no País, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras. Além disso, contribuiu para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural.

De modo a promover o acesso democrático aos recursos produtivos, reduzir as desigualdades e melhorar o bem-estar das famílias inseridas no setor rural, o governo tem implementado diversos mecanismos de fomento à produção, combate à fome e geração de emprego e renda.

Nesse sentido, a primeira iniciativa concreta ocorreu em 1996, com a instituição do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ampliado a partir de 2004. Com o programa, os agricultores familiares conquistaram maior atenção do governo federal e ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida. Até então, os instrumentos de apoio destinados a esta categoria estavam divididos em diversas políticas setoriais (política agrícola, programas de colonização, política de combate à pobreza rural etc.) e em categorias operacionais. A partir de então, o Pronaf passa a ser considerado um importante instrumento de Estado ao possibilitar a captação de capital financeiro e humano, o que pode viabilizar a obtenção da sustentabilidade dos agricultores e de suas famílias. Com base nos princípios de participação, parceria, descentralização e gestão social, o Pronaf tem como alicerce o amadurecimento do exercício da democracia.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representa uma das mais importantes conquistas dos movimentos sociais do Brasil contemporâneo. Suas lições vão além do interesse específico do setor agrícola. A pedra de toque do Pronaf consiste na tentativa permanente de imprimir racionalidade econômica a uma política social de caráter redistributivo. Para que os créditos não se voltem às classes médias do interior, mas realmente a quem deles precisa, organizações locais atestam a condição de agricultor familiar de cada pretendente ao crédito. O importante, porém, é que os bancos respondem pelo crédito que atribuem, assumindo o risco das operações. Diferentemente do que ocorre quando os riscos bancários são inteiramente do Tesouro, os bancos devem selecionar sua clientela levando em consideração tanto a idoneidade do tomador, como a qualidade do projeto em que se fundamenta seu empréstimo.

Alternativas de minoração das dificuldades no acesso ao crédito podem estar relacionadas com a necessidade de mitigação de riscos pelos bancos, capazes de reduzir a inadimplência, apontada neste trabalho como uma das prováveis causas da redução da oferta de crédito. A inadimplência pode ser entendida como o não pagamento dos recursos obtidos em contrato de financiamento, na época combinada. É grande a preocupação com o problema da inadimplência no crédito rural.

Estudos voltados para a caracterização da inadimplência podem subsidiar instituições financeiras e governos, dando-lhes uma visão mais ampla dos fatores que

levam ao crescimento do fenômeno em determinadas circunstâncias, para que se possa agir com maior eficiência na concessão e administração do crédito.

O objetivo deste estudo é identificar os principais fatores que influenciam a inadimplência entre os produtores de Ponte Alta, considerando a inadimplência dos financiamentos rurais como um dos obstáculos para a expansão da oferta de crédito rural. O trabalho visa também verificar outros fatores que contribuam para o entrave na utilização do crédito e medidas adotadas pelos bancos visando mitigar os riscos de crédito e preocupando-se ainda com a busca de alternativas para a solução dos problemas apontados.

2. Inadimplência

Um dos grandes entraves relacionados ao crédito rural, talvez o mais importante, é o problema com a inadimplência sofrida pelos agentes financeiros, o que os torna cada vez mais seletivos na concessão de crédito.

Alguns estudos são relevantes para o entendimento dos fatores de inadimplência ao crédito rural. Donald (1976) cita problemas climáticos e estruturais, além das anistias governamentais, que não incentivam os agricultores a pagarem suas dívidas. Devany (1984) aponta os problemas de variação nos preços, nos níveis de produção e renda, nos insumos utilizados, os reduzidos recursos próprios, entre outros. Silva (1999) destaca as garantias e capacidade de pagamento, o preço do empréstimo, as condições de mercado e as condições gerenciais do empreendimento. Lima (2003) aponta características que indicam a probabilidade de o produtor ser inadimplente, dividindo-as em três grupos: i) variáveis de potencialidade (terra, benfeitorias, máquinas, equipamentos, rebanhos, garantias e reciprocidades bancárias); ii) variáveis demográficas (idade, região, sexo, número de dependentes, participação em associações de classe, escolaridade, tipo de direito sobre terra e religião); e iii) indicadores econômicos (atividade econômica, quantidade de mão-de-obra empregada, tecnologia, propriedades, risco medido pela variação de preços, produção, renda, insumos utilizados, dívida e capital próprio).

A análise de inadimplência deve ser entendida como a quebra de um contrato de débito por parte do devedor. Essa quebra ocorre quando o devedor não possui meios para quitar suas obrigações ou quando, mesmo tendo fundos para tanto, decide não pagar a fim de se favorecer de uma possível renegociação vantajosa. Dessa forma, a taxa de inadimplência pode variar segundo a utilização de contratos que admitem a concessão de crédito para tomadores com baixa chance de pagamento. Outrossim, LADMAN e TINNERMEIER (1981) desenvolveram um estudo acerca dos impactos do processo de renegociação de contratos na agricultura sobre a inadimplência rural em países em desenvolvimento, onde foi analisada a possibilidade da renegociação significar uma transferência adicional de renda ao prestador. Nesse sentido foi considerado para o presente estudo a pesquisa com produtores que estavam inadimplentes em operações de custeio e investimento e ainda não haviam renegociado suas dívidas.

Os concessionários de crédito procuram maximizar um conjunto de características abordadas na assimetria de crédito rural: a demanda de informações intrínsecas do tomador de crédito; incentivos ao tomador de crédito, a fim de não colocar em risco a sua

capacidade de quitação da dívida; um controle por parte do prestador, no sentido de monitorar a capacidade de pagamento do prestador de acordo com o contrato pré-estabelecido; e, execução da quitação da dívida.

3 – Procedimentos Metodológicos

A área de estudo deste trabalho abrangerá 27 produtores Rurais do município de Ponte Alta (SC), que estão inadimplentes nas operações de Pronaf custeio e investimento no Banco do Brasil e consulta as medidas mitigadoras de risco de crédito em três instituições: Banco do Brasil, Sicoob e Cresol. As informações para este estudo foram coletadas através de entrevistas aplicadas aos produtores (tomadores de crédito) no período de 15 a 30/09/2011. A obtenção dos dados foi feita, através de técnica de interrogação, via aplicação de questionários e de entrevistas face a face com os pesquisados. Esta técnica permite maior flexibilidade por possibilitar o ajustamento aos mais diversos tipos de problemas e informações, aprofundando-se, caso seja necessário, em algumas respostas.

4 – Resultados e Discussões

Para melhor exposição dos dados, esta seção subdivide-se em dois itens: posição das instituições financeiras (prestadores, três instituições pesquisadas) e posição dos produtores (tomadores de crédito inadimplentes, 27 clientes pesquisados).

4.1 – Posição das instituições financeiras visando reduzir a inadimplência

Com referência a obtenção de financiamento, todas as agências financeiras exigem que o produtor seja cliente da instituição, pois, desta forma, a mesma já possui um histórico de atuação de cada candidato ao crédito, facilitando a tomada de decisão para a liberação do financiamento. Também existe a possibilidade de que o candidato, não sendo cliente da instituição, possa vir a se tornar, conquanto o banco estará ganhando novos clientes com potencial a ser definido através do sistema de cadastro da instituição, podendo aumentar o seu leque de venda de outros produtos e prestação de serviços.

Para iniciar o processo de liberação de financiamento, as instituições exigem documentos inerentes à linha de crédito, sendo que em primeiro lugar é a DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) emitida por órgãos credenciados, neste caso a Epagri, projeto de viabilidade econômica, que também pode ser emitido pela Epagri ou por escritórios de planejamento agrícola particulares credenciados com o agente financeiro. Este documento apresenta, de forma minuciosa, todos os dados sobre a capacidade de pagamento do agricultor (referente à produção de sua lavoura, pecuária e demais atividades agrícolas.), nível de tecnologia a ser utilizado e a matrícula atualizada da propriedade beneficiada com o financiamento cadastrada junto ao cartório de registro de imóveis. Estes mecanismos utilizados pela instituição têm o intuito de reduzir a seleção adversa, ou seja, o banco procura se resguardar da maior quantidade de documentos/informações possíveis para dificultar que o tomador oculte informações pré-contratuais.

Os dados de comprovação de renda e bens são imprescindíveis para a decisão de liberação do empréstimo, pois com o conhecimento da relação dos principais bens e a constituição da renda do produtor pode-se fazer uma previsão da sua capacidade de saldar a dívida no futuro, diminuindo desta forma a chance de ocorrer alguma forma de seleção adversa ou risco moral.

Os financiamentos anteriores realizados pelos produtores são analisados por todos os bancos entrevistados. Esta avaliação é feita de modo a verificar o histórico de liquidez do produtor junto à instituição ou outros bancos e se há resquícios de débitos pendentes, porquanto para que o produtor obtenha o financiamento de custeio para a safra em vigência, é necessário que os débitos da safra anterior estejam liquidados, salvo casos em que houve outra forma de negociação em virtude de eventuais frustrações de colheitas por intempéries ou outros motivos. Esta verificação dos financiamentos passados auxilia a instituição de forma a diminuir a ocorrência de risco moral (dada a assimetria de informações), ou seja, o produtor pode ter desviado o crédito de financiamentos passados para outras atividades de maior risco e não ter conseguido até então cumprir com o compromisso de pagamento, o que levará à restrição de novo crédito.

Em referência aos mitigadores de risco oferecidos pelo banco para a concessão do crédito, cabe evidenciar o seguro de vida produtor rural, o PROAGRO, e o Penhor Rural, sendo que o seguro é uma forma de garantia tanto para o tomador, no caso de frustrações de safra ou problemas de saúde, como para a instituição que se resguarda de receber seu capital emprestado.

As operações também são amparadas pelo PGPAF que garante às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.

Conforme a pesquisa efetuada, as três instituições respondentes exigem as principais formas de garantia, na mesma proporção para garantia hipotecária, pignoratícia ou fidejussória, dependendo do valor da negociação e principalmente da capacidade de pagamento de cada produtor, avaliadas conforme o cadastro destes.

Os emprestadores, em 100% das respostas, afirmaram que usam alguma forma de controle sobre a utilização dos recursos, em que todos os entrevistados utilizam-se do croqui da área anexa ao processo de financiamento para chegarem à área financiada. As instituições dispõem de funcionários que fazem a fiscalização da aplicação do crédito. Esse processo de fiscalização se dá pela própria exigência do Banco Central, no intuito de não deixar ocorrer casos de desvio de financiamento para outras atividades, visto que as linhas de financiamento agrícola se mostram interessantes por comporem taxas de juros normalmente mais baixas em comparação as demais praticadas no mercado financeiro.

A liberação do crédito, conforme explicitado pelas instituições pode ocorrer tanto na conta do tomador (conta consumo do associado junto à Cooperativa ou conta corrente bancária) como diretamente na conta do fornecedor (Cooperativa). Este processo, conforme descrito pelas agências, não oferece maiores riscos de desvio, visto que na

primeira situação o tomador tem a obrigação de saldar suas dívidas junto à Cooperativa a qual este é associado, e no segundo caso é de interesse do fornecedor que os débitos com insumos sejam quitados dentro dos prazos estipulados.

Os procedimentos para o caso de inadimplência para os agentes financeiros são basicamente os mesmos. Ou seja, para todos os pesquisados (100%) há uma prévia tentativa de renegociação da dívida, e caso não se encontre outra solução, então é efetuada a execução das garantias. Entre as principais causas de inadimplência, segundo as instituições, estão a frustração de safra, sendo que em seguida aparece o desvio de crédito, outras dívidas e queda de preços.

4.2 - Posição dos produtores inadimplentes

Podemos observar no Gráfico 1, a seguir, os principais fatores responsáveis pela inadimplência segundo os 27 produtores entrevistados, dentre os quais se observou maior relevância a renda e produtividade insuficientes, que foram desdobradas no gráfico 2 e gráfico 3.

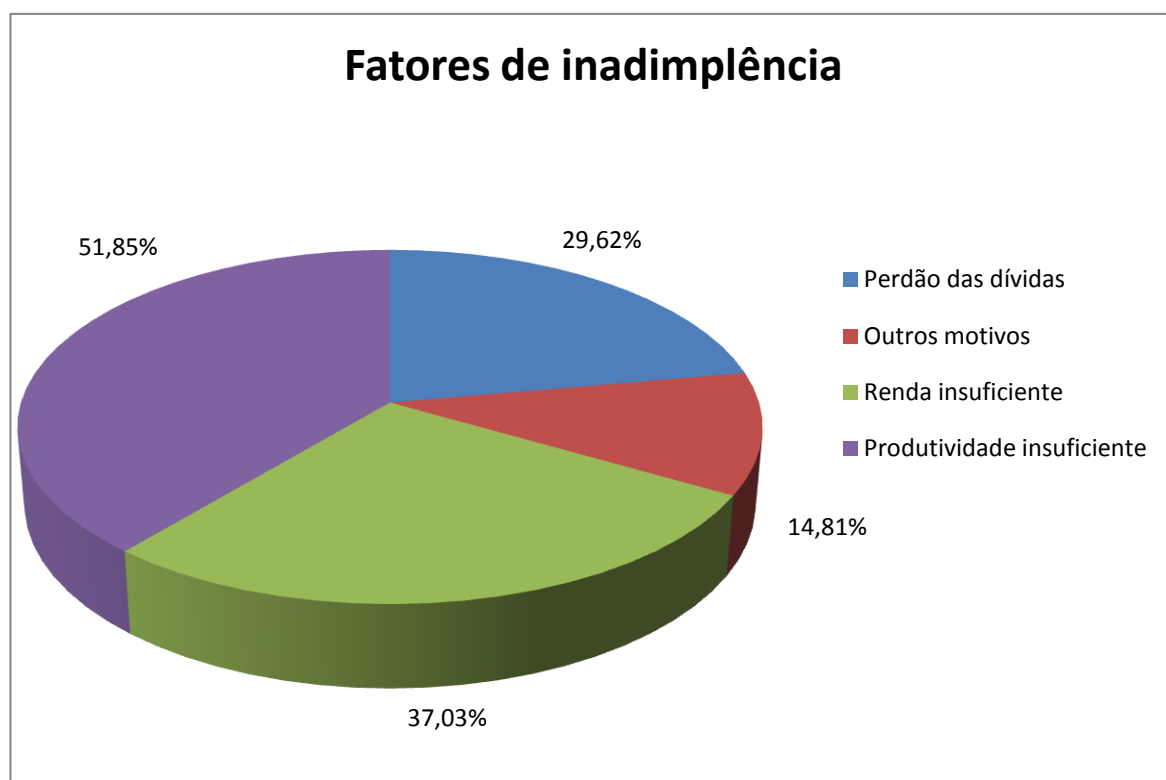


Gráfico 1 – Fatores de inadimplência do Pronaf

Fonte: Pesquisa realizada com produtores de Ponte Alta- SC 09/2011

Para o item apresentado na pesquisa como outros motivos observou-se fatores como: esquecimento da data de vencimento, doença, desvio de crédito, influência de terceiros para não pagar a dívida.

Para o item renda insuficiente observado na pesquisa, 60 % dos entrevistados informaram que a principal causa é a falta de gestão financeira, todos alegaram não fazerem um planejamento ou uma poupança com intuito de quitar as dívidas adquiridas.

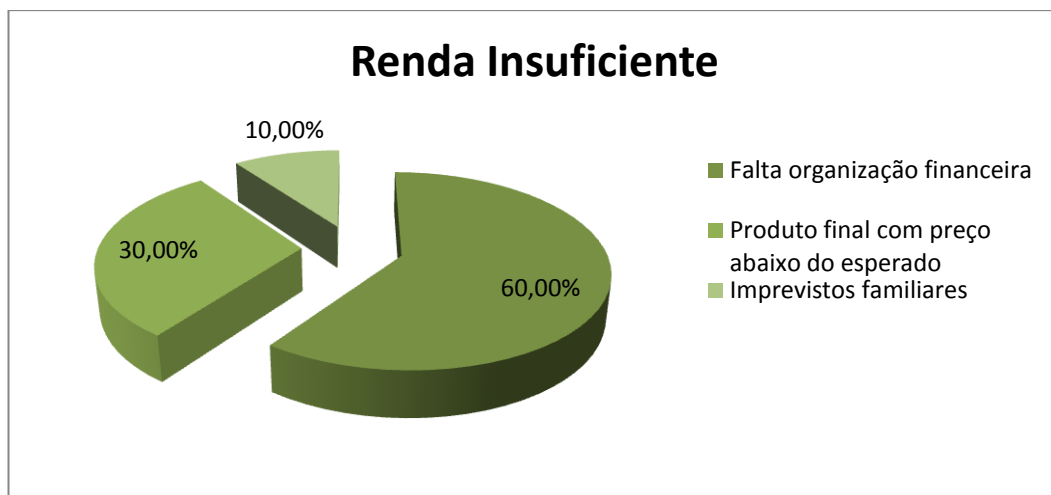


Gráfico 2 – Fatores de Renda Insuficiente

Fonte: Pesquisa realizada com produtores de Ponte Alta- SC 09/2011

Observou-se que 30% dos entrevistados apontaram que o preço do produto obtido na venda esta abaixo do esperado e não é suficiente para quitar as dividas. Vale salientar que as operações de custeio contratadas pelo Pronaf são amparadas pelo PGPAF, no entanto os produtores entrevistados alegam que não foram beneficiados pois o programa beneficia apenas quem cumpre com a data de vencimento.

Como demonstra o Gráfico 3, a seguir, 43% dos entrevistados afirmaram não ter tido algum tipo de orientação técnica sobre a atividade ou para a aplicação dos recursos o que segundo eles é um fator determinante na produtividade obtida. Enquanto 57% dos elegeram os problemas climáticos, nesse caso o excesso de chuva como causador da produção abaixo do esperado. Para este item, eles comentam sobre a burocracia e dificuldade de acesso ao PROAGRO.

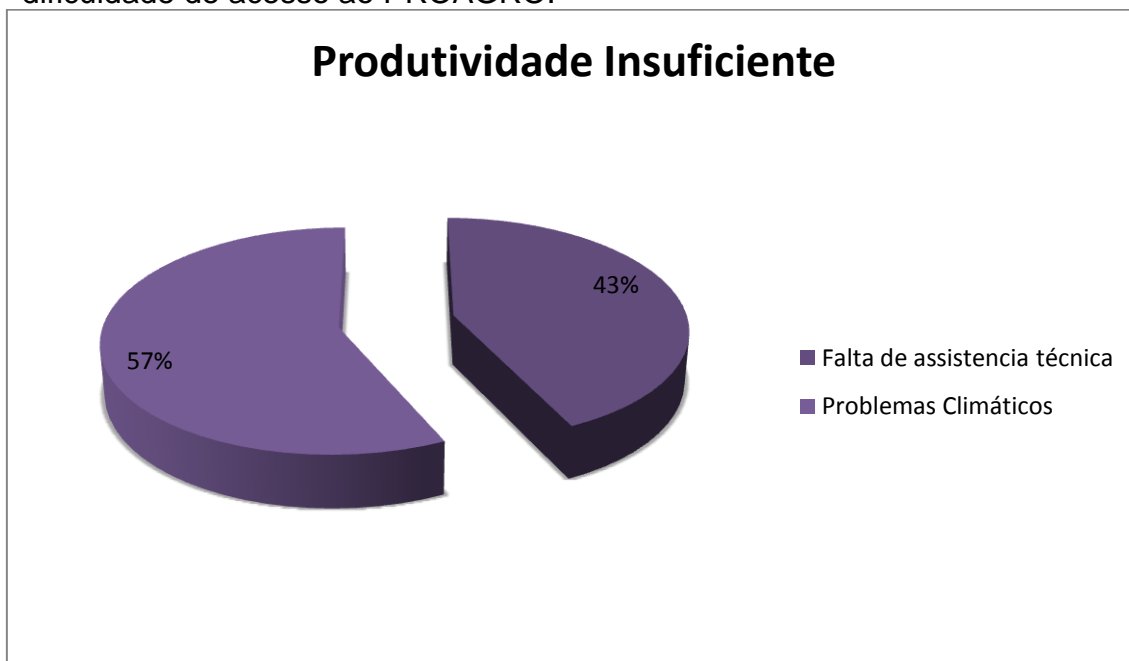


Gráfico 3 – Fatores de Produtividade Insuficiente

Fonte: Pesquisa realizada com produtores de Ponte Alta- SC 09/2011

Os entrevistados, em sua totalidade, afirmaram que o acompanhamento técnico aos clientes pode influenciar no controle da inadimplência. Para eles, a orientação técnica ao produtor é essencial para se produzir com qualidade e ter sucesso na atividade, além disso, acreditam que é um modo de controle da aplicação e ajuda a evitar o desvio de crédito.

5 - Conclusão

As frustrações de safra resultantes chuvas excessivas são apontadas como responsáveis pelas dificuldades das famílias em cumprirem com o cronograma de pagamento das parcelas junto as instituições financeiras. Mas há também outros aspectos que devem ser levados em consideração, a pesquisa revelou que há diversos fatores que conspiram para esse quadro, tais como a falta de assistência técnica às famílias, dificuldades no acesso às políticas públicas como o Proagro e PGPAF, deficiência na gestão financeira do produtor e preço final do produto comercializado que impactam diretamente na renda do produtor rural.

Sugere-se, assim uma política mais efetiva para a gestão financeira do pequeno produtor, atrelada à capacitação dos produtores; tornar a assistência técnica capacitada com ênfase do desenvolvimento das pequenas propriedades, incentivando a gestão financeira, tornar a propriedade organizada e articulada, de modo a transformar essa prática agrícola em um dos instrumentos de melhoria de rentabilidade da atividade; fomentar a organização dos produtores (associação ou cooperativa), baseado nas experiências exitosas, e desenvolver estratégias visando contemplar os clientes inadimplentes, como renegociação das dívidas, uma vez que o crédito rural constitui um dos instrumentos de diversificação e modernização da agropecuária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acesso internet:

<www.mda.gov.br/portal/> em várias datas.

DONALD, G. **Credit for small farmers in developing Countries**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1976.

DEVANY, A .S. **Comment on Modeling in banking firm: a survey**. Journal of Money, Credit and Banking, n.16, p. 603-609, 1984.

LADMAN, L. R., TINNERMAIER, R. L. The Political Economy of Agricultural Credit: The Case of Bolivia. American Journal of Agricultural Economics, p.66-72, February 1981.

LIMA, R. A de S. **Informação, capital social e mercado de crédito rural**. Piracicaba: ESALQ,2003. Tese de Doutorado.

LIMA, M. F. N. **Crédito rural no Brasil: crise e reestruturação de 1986 a 1997**. Fortaleza:UFC, 2000. (Dissertação – Mestrado em Economia Rural).

SANTIAGO, M.M.D. **O Endividamento da Agricultura Brasileira: “uma análise econométrica”**, Piracicaba: ESALQ, 1998. Tese de Doutorado.

SANTOS, M. M. **Fatores sócio-culturais e econômicos relacionados com a adotabilidade de práticas agropecuárias no estado de Minas Gerais**. 142 f. (Dissertação Mestrado) - UFV.Viçosa, 1977.

SILVA, A. P. **Um estudo sobre a inadimplência do crédito rural no Brasil**. Fortaleza: UFC,1999 (Dissertação – Mestrado em Economia).